

O SUJEITO INDÍGENA E A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO DISCURSO OFICIAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO JORNAL NOVO AMAPÁ (1970-1974)

EDVALDO DO NASCIMENTO CARVALHO¹

UNIFAP, BRASIL

<https://orcid.org/0000-0002-5821-1316>

RESUMO: *O presente artigo analisa a representação do sujeito indígena e da educação escolar indígena no jornal oficial Novo Amapá, periódico do Território Federal do Amapá, entre 1970 e 1974. A pesquisa articula a Análise Crítica de Discurso (ACD), conforme proposta por Norman Fairclough, com a historiografia da educação na Amazônia, examinando como o discurso oficial construiu representações sobre os povos indígenas e a escolarização. O corpus, composto por 184 edições disponíveis no acervo digital da Imprensa Oficial do Estado do Amapá, revelou evolução discursiva significativa: da invisibilidade editorial (1970-1971), passando pela entrada da FUNAI no noticiário (1972), até a visibilização controlada (1973-1974), quando emergiram referências ao MOBREL como instrumento de alfabetização de indígenas e ao projeto de reestruturação das escolas bilingues da reserva do Uaçá. Os resultados indicam que o paradigma integracionista permeou transversalmente o discurso oficial, concebendo a educação escolar indígena como instrumento de assimilação cultural e soberania nacional, enquanto silenciava a agência e as tensões sociopolíticas daqueles grupos, especialmente na fronteira do Oiapoque com a Guiana Francesa, fator estratégico determinante na formulação das políticas educacionais representadas no periódico.*

PALAVRAS-CHAVE: *Educação escolar indígena; Análise Crítica do Discurso; Jornal Novo Amapá; Ditadura militar; Amazônia.*

ABSTRACT: *This article examines the representation of indigenous subjects and indigenous school education in the official newspaper Novo Amapá, a periodical of the Federal Territory of Amapá, between 1970 and 1974. The research articulates Critical Discourse Analysis (CDA), as proposed by Norman Fairclough, with the historiography of education in the Amazon region, investigating how the official discourse constructed representations about indigenous peoples and their relationship with schooling. The analysis of the corpus, comprising 184 issues available in the digital archive of the Official Press of the State of Amapá, revealed a significant discursive evolution: from editorial invisibility (1970-1971), through the entry of FUNAI (National Indian Foundation) into the news coverage (1972), to controlled visibility (1973-1974), when explicit references emerged to MOBREL as an instrument for indigenous literacy and to the restructuring project of bilingual schools in the Uaçá indigenous reserve. The findings indicate that the integrationist paradigm transversely permeated the official discourse, conceiving indigenous school education as an instrument of cultural assimilation and national sovereignty, while silencing the agency and the sociopolitical tensions of those groups, particularly at the Oiapoque border with French Guiana, a strategic factor in the formulation of educational policies represented in the periodical.*

KEYWORDS: *Indigenous school education; Critical Discourse Analysis; Newspaper Novo Amapá; Military dictatorship; Amazon.*

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amapá (Unifap). Mestre em Educação Profissional e Tecnológica via Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP). Graduado em Artes Visuais pela Universidade Federal do Amapá (Unifap). MBA em História da Arte pela Universidade Estácio de Sá (UNESA). Professor de Arte na rede estadual de ensino do Estado do Amapá.

Introdução

Em sua interessante obra chamada *Fronteiras: a degradação do outro nos confins do humano*, José de Souza Martins (2014) questiona o que é, de fato, uma sociedade civilizada e desconstrói o sentido de fronteira como um lugar geográfico distante, reconfigurando-o com o sentido de “encontro de sociedades”, ainda que sejam encontros marcados por conflitos. Tendo sido o cenário de caça e escravização de povos indígenas, de busca agressiva pelas “drogas do sertão” e da coleta do látex e da castanha, o autor arrisca dizer que “na América Latina, a última grande fronteira é a Amazônia [...] brasileira, [que] a partir do Golpe de Estado de 1964 e do estabelecimento da ditadura militar, [...] transformou-se num imenso cenário de ocupação territorial massiva, violenta e rápida” (Martins, 2014, p. 132).

Se, em Martins (2014), a Amazônia brasileira figura como a última grande fronteira do país, o caso amapaense permite observar um de seus pontos mais agudos: a borda setentrional em que a fronteira territorial, a fronteira geopolítica e a fronteira étnica se sobrepõem, convertendo o Amapá na “fronteira da fronteira”, espaço privilegiado para a experimentação autoritária do integracionismo militar. Na sequência dos projetos desenvolvimentistas que reconfiguraram a Amazônia setentrional desde meados do século XX (Becker, 2005), o Amapá foi convertido em laboratório das ambições de integração nacional do regime ditatorial (Pereira, 2022). Sob a noção estigmatizante de “população rarefeita” e atraso civilizatório, o Estado articulou estratégias que extrapolavam a infraestrutura, mobilizando aparelhos de hegemonia (escola, polícia, judiciário, imprensa oficial) para sustentar a modernização autoritária (Lobato, 2019, p. 21-39). Nesta perspectiva, entende-se que a análise de fontes históricas por pesquisadores que desejem contribuir com estudos sobre a ação ditatorial na Amazônia deve ser constante para uma melhor compreensão deste contexto.

Exposto isso, é relevante assinalar que a disponibilização digital do acervo do jornal *Novo Amapá* (até abril de 1972 grafado como *Nôvo Amapá*) pela Imprensa Oficial do Estado do Amapá no início do mês de junho do ano de 2026, por meio de seu repositório *online*, representa um avanço significativo para a democratização do acesso a fontes primárias fundamentais à pesquisa histórica sobre o período da ditadura militar no Território Federal do Amapá (TFA). O jornal *Novo Amapá* foi um periódico impresso, de caráter oficial, ligado ao governo do então TFA, que sucedeu seu antecessor, o jornal *Amapá*, como principal órgão de divulgação administrativa e política do território a partir do final dos anos 1960.² A digitalização não apenas preserva os originais físicos, submetidos ao natural processo de degradação, como também amplia substancialmente as possibilidades de investigação ao permitir que pesquisadores de diferentes instituições acessem remotamente um acervo antes restrito à consulta presencial. Esse acervo compõe-se de edições digitalizadas em formato PDF, abrangendo décadas de publicação do periódico que, durante o período aqui

² Fonte disponível digitalmente. Cf. ESTADO DO AMAPÁ. *Acervo Digital Da Imprensa Oficial Do Estado Do Amapá – Jornal Novo Amapá*, [Online], n. 1556-1749, 1970-1974. Disponível em: <<https://imprensaoficial.amapa.gov.br/acervo.html>>. Acesso em: 01 ago. 2026.

estudado, veiculou atos oficiais, matérias informativas e peças de propaganda governamental (Fonseca, 2026).

Diferente dos diários oficiais, o jornal *Novo Amapá* não era, portanto, um veículo de imprensa oficial meramente burocrático, como indicam Arruda (2022) e Souza (2023, p. 63), que analisam crônicas publicadas nesse periódico. As autoras situam o *Novo Amapá* como um jornal da imprensa oficial em circulação entre 1968 e meados da década de 1970, que atuava como porta-voz da política estatal de ocupação, controle e “desenvolvimento” da Amazônia setentrional. Como veículo oficial de informação, produzido e gerido numa época de governo ditatorial militar, seu discurso encontrava-se imbricado nas relações de poder que estruturavam a vida política e social do então Território Federal. Tal periódico, nesse contexto, funcionava como instrumento de legitimação das ações governamentais, de construção de consensos em torno do projeto desenvolvimentista e de silenciamento sistemático de vozes dissidentes. Compreender a natureza desse veículo é condição indispensável para uma leitura crítica das representações que ele produzia, especialmente aquelas relativas a grupos subalternizados, como os povos indígenas.

Assim, o presente artigo tem como objetivo analisar criticamente a representação do sujeito indígena e das políticas de educação escolar indígena no discurso do jornal *Novo Amapá*, no período de 1970 a 1974. Para além da materialidade linguística, a pesquisa articula a Análise Crítica de Discurso (ACD), conforme proposta por Fairclough (2012), com a historiografia da educação na Amazônia, fundamentando-se epistemologicamente na crítica marxista e nas categorias gramscianas de hegemonia e Estado ampliado (Gramsci, 2024). Compreende-se, sob essa lente teórico-metodológica, que o periódico oficial e a própria forma escolar instituída na região fronteira operaram como verdadeiros aparelhos privados de hegemonia, mobilizados tanto para a construção de consensos em torno do projeto civilizatório burguês-autocrático da ditadura militar quanto para a ocultação da violência estrutural inerente à proletarianização e à assimilação compulsória das populações originárias.

A pesquisa parte de um relatório prévio, e não exaustivo, de investigação no acervo digital do jornal, que identificou e documentou o conteúdo relativo a povos indígenas e políticas de educação escolar indígena em várias das 184 edições disponíveis para o período analisado, totalizando mais de 1.400 páginas examinadas. Além do apoio na ACD, o artigo dialoga com autores fundamentais³ que analisam a história da educação na Amazônia – notadamente, Sidney Lobato (2018), Mauro César Coelho (2004; 2008), Antonella Tassinari (2001), Mariana Kawall Leal Ferreira (2001) e Marcos André Ferreira Estácio (2016) –, cujas contribuições permitem situar os achados empíricos no contexto mais amplo das políticas educacionais e indigenistas na região. Em contexto mais amplo, articula-se brevemente com Oliveira e Bicalho (2025) e Evangelista (2018).

³ Estas referências compõem parte do plano da disciplina "História da Educação na Amazônia" ofertada em sua edição de 2026 pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal do Amapá (Unifap), donde origina-se o presente texto.

A delimitação do recorte temporal entre 1970 e 1974 obedece a razões tanto empíricas quanto histórico-analíticas. Do primeiro: o acervo digitalizado do jornal *Novo Amapá*, disponível no repositório da Imprensa Oficial do Estado do Amapá, apresenta edições contínuas a partir de janeiro de 1970, encerrando-se em setembro de 1974, o que define os contornos materiais do *corpus*. Do ponto de vista histórico-analítico, o quinquênio em questão corresponde a momento de grande densidade de políticas indigenistas e educacionais voltadas às populações indígenas no TFA, coincidindo com o ápice do chamado “milagre econômico” brasileiro (1968-1973), período em que o regime militar intensificou os projetos de integração da Amazônia ao território nacional por meio de grandes obras de infraestrutura, como a rodovia Perimetral Norte, cuja pedra fundamental foi lançada em 1973 com a presença do presidente Médici em solo amapaense.

É nesse contexto que a educação escolar indígena adquire centralidade estratégica no discurso oficial, como instrumento de incorporação dos povos originários ao projeto desenvolvimentista. Promulgada em 19 de dezembro de 1973, a Lei n. 6.001, conhecida como Estatuto do Índio (Brasil, 1973), constituiu o marco jurídico que consolidou, sob aparência protetiva, o paradigma integracionista da política indigenista brasileira. Ao estabelecer como finalidade a preservação da cultura indígena articulada à sua integração “progressiva e harmoniosa à comunhão nacional”, a norma reafirmou a tutela estatal e classificou os indígenas segundo estágios de integração: “isolados”, “em vias de integração” e “integrados”, naturalizando a ideia de que a diferença é uma condição transitória a ser superada (Oliveira; Bicalho, 2025; De Jesus, 2022). No contexto da cobertura analisada do jornal *Novo Amapá*, tal formulação legal fornece o lastro discursivo para as representações jornalísticas que associam educação, assistência e demarcação territorial à incorporação dos povos originários ao projeto nacional, ocultando que esse processo se deu sob forte assimetria de poder e em articulação com os interesses geopolíticos e desenvolvimentistas do regime militar (Evangelista, 2018; Castro; Sousa Neto; Vargas, 2024).

Cumprе ressaltar que o Estatuto do Índio operou no seio do Estado ditatorial como um sofisticado aparelho jurídico de legitimação hegemônica. A própria arquitetura da lei (notadamente em seus artigos 4º, 50 e 52) subordinava a demarcação territorial à iniciativa exclusiva do órgão federal, reafirmando uma tutela burocrática sobre as terras. Ao classificar os povos originários em estágios evolutivos, o legislador não apenas naturalizou uma ontologia colonial, mas chancelou juridicamente a transitoriedade da diferença. Essa estrutura legal revela uma contradição intencional: sob o verniz da proteção, o Estado autocrático organizou as bases normativas para a expropriação e assimilação compulsória, condicionando a reprodução da vida nas comunidades àquilo que não confrontasse a marcha do modo de produção vigente. Trata-se de uma política que mobilizou a forma jurídica para a consolidação de um projeto de nação dócil aos imperativos da acumulação capitalista na fronteira amazônica.

Não se deve perder de horizonte também que o Estatuto do Índio tem de ser lido principalmente como resposta do regime militar à repercussão internacional do Relatório Figueiredo (1968), que apurou crimes cometidos

pelo extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e foi amplamente veiculado pela imprensa internacional – *New York Times*, *Le Monde*, *Sunday Times* e outros –, gerando pressões diplomáticas sobre o governo brasileiro (Evangelista, 2018; Oliveira; Bicalho, 2025). A retórica protetiva da lei, portanto, cumpre função dupla: legitimar internamente as práticas integracionistas e neutralizar externamente as denúncias de genocídio. O recorte, portanto, captura o momento em que a conjunção entre o desenvolvimentismo autoritário, o integracionismo legal e a expansão da infraestrutura fronteiriça produziu as condições mais favoráveis à emergência do sujeito indígena no discurso oficial, não como sujeito de direitos, mas como objeto de política.

Nesta conjuntura, é interessante contextualizarmos os argumentos apresentados por De Jesus (2022) acerca da política integracionista, os quais apresentam sintonia com a nossa análise crítica do jornal *Novo Amapá*, evidenciando as raízes do silenciamento imposto pela ditadura, inferências as quais antecipamos de forma sintética nestas linhas: o autor destaca que o Estado brasileiro se estruturou sob um paradigma eurocêntrico que impunha a integração forçada dos povos indígenas, visando ao abandono cultural e à homogeneização da identidade nacional. Trata-se de uma análise jurídico-antropológica aprofundada do artigo 1º do Estatuto do Índio, o qual autor identifica como portador de uma “contradição constitutiva”: a impossibilidade lógica de, simultaneamente, “preservar a cultura” e “integrar progressiva e harmoniosamente à comunhão nacional”.⁴ De Jesus (2022) demonstra que essa contradição não é acidental, mas estrutural, e que ela deriva de uma matriz colonial mais longa, na qual a ocupação do território nacional se deu pelo “isolamento, exclusão e esquecimento” do indígena.

Essa premissa teórica corrobora os nossos achados empíricos demonstrando como a imprensa oficial amapaense operou para legitimar essa mesma agenda de assimilação com sutil disfarce de respeito e dignidade em relação aos povos originários. Ao criticar o Estatuto do Índio de 1973 por inferiorizar os nativos ao classificá-los em estágios de subordinação, De Jesus (2022) expõe a violência da tutela estatal. Da mesma forma, nas páginas do jornal oficial que analisamos, essa política se materializou na representação do indígena não como sujeito de direitos munido de cultura própria, mas como um alvo passivo da narrativa da “integração plena” controlada por aparelhos como a FUNAI e o MOBRAL, confirmando que a visibilidade tutelada era, na verdade, uma ferramenta discursiva para o etnocídio e para a supressão do direito inalienável à diferença.

⁴ O trabalho de De Jesus (2022) recupera ainda um dado decisivo para a contextualização internacional da política indigenista brasileira: o Estatuto do Índio de 1973 dialogou diretamente com a Convenção n. 107 da Organização Internacional do Trabalho (1957), cuja ementa explicitava o propósito de “proteção e integração das populações indígenas”. Esse dado permite ao autor situar o paradigma integracionista brasileiro num horizonte normativo internacional, e não apenas como produção autóctone do regime militar, o que, por contraste, evidencia ainda mais a especificidade da apropriação brasileira desse paradigma em perspectiva autoritária e geopolítica.

Diante dessas palavras inaugurais, entendemos que a relevância acadêmica desta investigação reside na articulação entre uma fonte primária até recentemente pouco acessível, o acervo digitalizado do jornal oficial, e um referencial teórico-metodológico que permite ir além da descrição superficial dos conteúdos veiculados, alcançando a compreensão das relações de poder, das formações ideológicas e dos silenciamentos que estruturam/estruturaram o discurso oficial sobre os povos indígenas. O artigo está organizado, a seguir, em cinco seções: a primeira seção apresenta o referencial teórico-metodológico da ACD; a segunda situa o jornal como fonte e prática social; a terceira analisa a representação do sujeito indígena; a quarta examina a educação escolar indígena no discurso oficial. Por fim, apresentam-se as considerações finais.

Referencial teórico-metodológico: a análise crítica do discurso

A Análise Crítica do Discurso (ACD), tal como formulada por Fairclough (2012), configura-se não simplesmente como um método, mas como uma perspectiva teórica sobre a linguagem e, de maneira mais ampla, sobre a semiose como elemento integrante do processo social material. Para Fairclough (2012, p. 307), a ACD é "muito mais uma teoria que um método, ou melhor, uma perspectiva teórica sobre a língua e, de uma maneira mais geral, sobre a semiose como um elemento ou momento do processo social material". Essa perspectiva tem uma relação dialógica com outras teorias e métodos sociais, engajando-se não apenas de maneira interdisciplinar, mas transdisciplinar, o que significa que coengajamentos particulares sobre determinados aspectos do processo social devem suscitar avanços teóricos e metodológicos que perpassem as fronteiras das várias disciplinas.

O ponto de partida da ACD é a concepção de que a vida social constitui uma rede interconectada de práticas sociais de diversos tipos (econômicas, políticas, culturais), todas com um elemento semiótico. Toda prática social inclui os seguintes elementos: atividade produtiva, meios de produção, relações sociais, identidades sociais, valores culturais, consciência e semiose. Esses elementos estão dialeticamente relacionados, isto é, são diferentes, mas não totalmente separados, de modo que cada um internaliza os outros sem se confundir com eles. A ACD é, portanto, a análise das relações dialéticas entre semioses e outros elementos das práticas sociais. Desta forma, Fairclough (2012) propõe que a semiose atue nas práticas sociais em três dimensões interarticuladas: os gêneros discursivos (modos de agir semioticamente, tais como conversações, reuniões, entrevistas), os discursos (representações da vida social produzidas por atores posicionados diferentemente) e os estilos (identidades em seu aspecto semiótico). A articulação desses elementos compõe a interdiscursividade do texto.

O conjunto desses elementos, enquanto estruturação social da diferença semiótica, constitui a ordem de discurso, isto é, uma ordenação particular das relações entre modos de construir sentido, na qual a dominância é eixo organizador. A aplicação do conceito de hegemonia à análise das ordens de discurso evidencia que determinada estruturação

semiótica pode tornar-se senso comum legitimador das relações de dominação. Desta forma, a operacionalização analítica da ACD ocorre em cinco estágios: (1) identificação de um problema social com dimensão semiótica; (2) análise dos obstáculos à sua resolução, mediante exame da rede de práticas, da ordem de discurso e das dimensões interacional, interdiscursiva e linguístico-semiótica; (3) verificação de se a própria ordem social constitui problema; (4) identificação de possibilidades de superação dos obstáculos; e (5) reflexão crítica sobre a análise. Tal estrutura articula dimensão relacional, no diagnóstico, e dimensão dialética, na identificação de possibilidades transformadoras.

A aplicação da ACD ao *corpus* jornalístico do *Novo Amapá* exige atenção particular a dois aspectos: em primeiro lugar, o jornal oficial, como prática social, situa-se na interseção entre o campo político e o campo midiático, configurando um gênero discursivo específico que articula a função informativa com a função propagandística. Em segundo lugar, a análise interdiscursiva deve considerar como o discurso do jornal recontextualiza discursos de outros campos (o discurso desenvolvimentista, o discurso indigenista oficial, o discurso pedagógico) em um novo contexto, transformando-os para acomodá-los à lógica do veículo e às finalidades do governo territorial. A articulação entre ACD e História da Educação permite assim, não apenas identificar o que o jornal diz sobre os povos indígenas e a educação escolar, mas compreender como essas representações são produzidas, circulam e se transformam no interior de uma ordem de discurso específica, marcada pelas relações de poder próprias ao contexto ditatorial.

Essa articulação teórico-metodológica exige ainda uma precisão conceitual fundamental para a análise que se segue: para apreender a totalidade do fenômeno educativo nas comunidades originárias, sem incorrer em reducionismos assimilacionistas, faz-se necessária a distinção categorial entre "educação indígena" e "educação escolar indígena" (Baniwa, 2019, p. 59-63, 69, 154). A educação indígena consubstancia-se como a práxis ontológica e ancestral de cada povo, abrangendo a totalidade dos processos de socialização que transmitem e recriam as cosmologias, os valores comunitários e a relação orgânica com o território. Ela ocorre no tecido das relações sociais cotidianas e opera de maneira autônoma, garantindo a continuidade histórica e material das etnias em face das contínuas investidas coloniais.

Dialeticamente, educação escolar indígena refere-se à introdução da forma-escola, instituição que, segundo Baniwa (2019, p. 59-60), foi criada para garantir a reprodução dos modos de vida do colonizador e que, à luz da teoria gramsciana, pode ser compreendida como aparelho de hegemonia para a homogeneização cultural e a imposição do *modus operandi* capitalista. Contudo, como se demonstrará adiante, essa mesma instituição seria posteriormente apropriada e ressignificada pelos povos originários como instrumento de luta e autonomia etnopolítica.

O Jornal *Novo Amapá* como fonte e como prática social

O Território Federal do Amapá, criado em 13 de setembro de 1943 durante o Estado Novo, viveu sob intervenção direta do governo federal até sua transformação em Estado em 1988. Sua criação e posterior instalação do governo territorial no início do ano de 1944 “eram apresentadas como um novo e auspicioso tempo na história dos habitantes da Guiana Brasileira”, argumenta Lobato (2019, p. 25). Durante as décadas de 1960 e 1970, o território foi governado por interventores nomeados pelo regime militar, que implementaram políticas de modernização autoritária articuladas ao projeto desenvolvimentista nacional. Esse processo, conforme Coelho (2004), envolveu a construção de uma identidade nacional no Amapá, transformando o “caboclo” em “brasileiro” por meio de políticas de integração que visavam apagar as especificidades culturais locais em favor de uma identidade nacional homogênea. Nesse contexto, o sujeito indígena ocupava uma posição particularmente ambígua: era simultaneamente objeto de proteção legal e alvo de integração compulsória, definido pelo paradigma integracionista que orientava a política indigenista brasileira desde o SPI e, a partir de 1967, pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Ao analisar as inflexões da política educacional amapaense entre 1944 e 2002, Lobato (2018) evidencia que a educação no território esteve profundamente marcada pela articulação entre discurso desenvolvimentista e modernização autoritária. O autor mostra como as políticas educacionais foram concebidas como instrumentos de desenvolvimento econômico e integração nacional, especialmente nos períodos de modernização autoritária, quando “o discurso do desenvolvimento aparece como um elemento de legitimação das políticas educacionais” (Lobato, 2018, p. 5). Essa perspectiva permite compreender a educação não como prática autônoma, mas como elemento de uma rede mais ampla de práticas sociais que incluem a política econômica, a política indigenista e a política de ocupação territorial.

O jornal *Novo Amapá* insere-se nessa rede de práticas como um veículo oficial de informação, cuja função primária era a divulgação de atos governamentais e a construção de uma narrativa favorável à ação do Estado. Na tipologia dos gêneros discursivos proposta por Fairclough (2012), consideramos que o jornal oficial configura um gênero híbrido que articula elementos do discurso administrativo (editais, decretos, portarias) com elementos do discurso jornalístico (reportagens, entrevistas, crônicas) e do discurso propagandístico (matérias de auto exaltação governamental). Essa hibridização produz efeitos de sentido específicos, entre os quais se destaca a naturalização da perspectiva governamental como a única perspectiva legítima sobre os eventos noticiados.

Assim, inferimos que a ordem de discurso do jornal, durante o período analisado, era estruturada pela hegemonia do discurso desenvolvimentista e integracionista. Os discursos alternativos, como o das lideranças indígenas que reivindicavam direitos diferenciados, ou o das comunidades que resistiam à perda de suas terras, eram sistematicamente marginalizados ou silenciados. Quando emergiam, como no caso da matéria sobre o tuxaua

Kassiotono (edição n. 1738, de 12/07/1974, apresentada adiante), eram recontextualizados de modo a se acomodarem ao discurso hegemônico, apresentando as demandas indígenas como pedidos de assistência governamental e não como reivindicações de direitos. A preservação digital e a democratização do acesso a esse acervo, por meio do portal da Imprensa Oficial do Estado do Amapá, criam as condições de possibilidade para que essa ordem de discurso seja hoje submetida a uma análise crítica que os produtores do jornal certamente não anteciparam.

O sujeito indígena no discurso do *Novo Amapá*: da invisibilidade à integração

A análise do jornal *Novo Amapá* para os anos de 1970 e 1971 revela um achado que é, em si, de grande significação analítica: a ausência quase total de referências a políticas indígenas contemporâneas a este biênio. Das 70 edições analisadas entre estes anos, não encontramos nenhuma que trouxesse matéria sobre a ação da FUNAI no Amapá, sobre escolas para índios ou sobre programas governamentais voltados às populações indígenas do território. O conteúdo indígena restringiu-se a artigos de cunho histórico-comemorativo, especialmente os relativos à fundação de Mazagão, que abordavam a presença indígena sob a perspectiva colonial, descrevendo os povos originários como objetos de catequese e civilização.

Interpretando isso por meios dos recursos e pontos de vista da ACD, é possível a compreensão de que esse silêncio editorial não é uma simples ausência, mas um dado discursivo que revela a posição do sujeito indígena na ordem de discurso do jornal. A "invisibilidade", ou em termos da ACD, o apagamento semiótico, não é um vácuo, mas um projeto político de silenciamento. Ela indica que a questão indígena não integrava a agenda jornalística do período, o que significa que não era percebida como relevante pelos produtores do veículo, que operavam dentro dos parâmetros da política governamental. A análise linguística das poucas referências encontradas evidencia o caráter estereotipado dessas representações, nas quais o índio não é apenas o habitante de um passado distante: ele é o arquétipo da estagnação. A expressão "taba de índio", contraposta a "cidade evoluída" (edição n. 1607, de 06/03/1971), constitui uma oposição discursiva que situa o indígena como polo negativo da civilização, reforçando o imaginário social que legitimava as políticas integracionistas.

A magnitude do silêncio indígena imposto nos anos de 1970 e 1971 só pode ser adequadamente compreendida e mensurada se colocada em contraposição àquilo que o jornal de fato publicava. O apagamento de uma realidade exige a hipervisibilidade de outra. Para desviar a atenção do passivo humano e ecológico que o desenvolvimentismo gerava, o *Novo Amapá* saturou as suas páginas com um ufanismo urbano paroxístico. O acervo deste biênio é um monumento retórico ao cimento, ao asfalto e à burocracia estatal, caracterizando um intenso processo de intervenção no tecido urbano da capital, Macapá, que visava transformar rapidamente a sua fisionomia para transparecer eficiência administrativa e modernidade, como

é possível perceber, por exemplo nas edições n. 1556, 1558, 1589, 1600 e 1619 que vão de janeiro de 1970 a setembro de 1971.

Por sua vez, o ano de 1972 marca uma inflexão significativa na cobertura jornalística sobre a questão indígena. Pela primeira vez, dentro do interstício aqui analisado, o jornal publica matérias substantivas e o ingresso do indígena no noticiário dá-se, de forma esmagadora, atrelado umbilicalmente à máquina estatal indigenista recém-reestruturada: sobre a atuação da FUNAI, sobre a eletrificação da Aldeia Santa Isabel dos índios Caripunas no Oiapoque e sobre o sistema de Parques Indígenas que incluía o Tumucumaque, na fronteira com o Suriname e a Guiana Francesa. A manchete "Aldeia Santa Isabel dos índios Caripunas com energia elétrica" (edição n. 1644, de 19/07/1972) é paradigmática: a eletrificação de uma aldeia indígena é apresentada com uma linguagem grandiloquente, como evento digno de destaque, simbolizando a chegada da civilização e do "progresso" ao território indígena e a incorporação dessas comunidades à infraestrutura estatal.

A análise interdiscursiva revela a articulação entre o discurso desenvolvimentista, que concebe a eletrificação como avanço, e o discurso indigenista oficial, que apresenta a ação da FUNAI como proteção e assistência. Os agentes sociais nos textos são predominantemente institucionais (FUNAI, governo territorial, ministro do Interior), enquanto os indígenas aparecem como beneficiários passivos da ação estatal. A matéria sobre os dados quantitativos da FUNAI (edição n. 1651) ilustra essa dinâmica: as informações sobre "119 casas" construídas e "109 visitas a aldeias" configuram uma narrativa de produtividade administrativa em que os indígenas são reduzidos a números em um balanço governamental.

Neste mesmo ano, vale destacar um trecho verdadeiramente simbólico da edição n. 1654, publicada em outubro, que expõe um explícito, porém cuidadoso, discurso integrador, na tentativa de transparecer uma imagem estatal paternal e gentil, onde o periódico aponta que

a política brasileira em relação ao indígena tem se caracterizado pelo respeito às comunidades e instituições tribais e à pessoa do índio, pela evolução gradual do estágio de desenvolvimento sócio-econômico e cultural do índio, através de um processo de integração lento e sem mudanças bruscas, e pela demarcação e garantia das terras pertencentes aos índios e do usufruto para eles dos recursos naturais, e bens nelas existentes (Jornal Novo Amapá, edição n. 1654, de 12/10/1972, p. 4).

Sob a ótica tridimensional da ACD, a materialidade linguística desse excerto revela no Jornal *Novo Amapá* um léxico assentado em eufemismos como "evolução gradual" e "integração lenta" e o discurso oficial camuflando a violência inerente à proletarização e assimilação compulsória das populações originárias. Tudo isso ancorando-se em uma ontologia evolucionista que disfarça "de progresso" a gradual destruição de seus modos de vida. Ademais, a interdiscursividade com a retórica tutelar do vindouro Estatuto do Índio, manifesta na promessa cínica de "usufruto dos

recursos naturais”, funciona aqui como um vigoroso dispositivo de silenciamento das contradições materiais da época, ocultando a expropriação territorial impulsionada por megaobras fronteiriças, como a famosa Perimetral Norte. Trata-se, portanto, de uma prática discursiva mediante a qual o Estado ampliado, compreendido como a fusão dialética entre a sociedade política e a sociedade civil, na qual a hegemonia nasce revestida de coerção, fabrica o consenso (Gramsci, 2024, p. 841; Anderson, 2018, p. 11-15): apresenta-se o avanço predatório do capital na Amazônia sob a roupagem de uma tutela estatal benevolente, esvaziando a autonomia indígena para subsumi-la irremediavelmente aos imperativos da segurança nacional e do modelo de acumulação capitalista.

Nesta esteira, os anos de 1973 e 1974 representam o ponto de maior densidade na cobertura sobre a questão indígena. O jornal documenta a presença de lideranças indígenas em eventos oficiais, como o índio Geraldo Lod, da “tribo” dos Galibis, fotografado enquanto tecia uma rede artesanal (edições n. 1672-1673), e a vinda do tuxaua Kassiotono, da “tribo” dos Urucauás, a Macapá para pedir proteção contra a invasão de terras indígenas (edição n. 1738). A análise dessas matérias revela uma tensão discursiva fundamental: ao mesmo tempo em que o jornal visibiliza os sujeitos indígenas, os enquadra em papéis predefinidos pelo discurso hegemônico – o artesão exótico, o alfabetizando, o demandante de proteção governamental.

A matéria sobre o tuxaua Kassiotono é particularmente reveladora. Embora o jornal reconheça a agência política do líder indígena, que se desloca a Macapá para demandar a proteção de suas terras, o texto o apresenta como um sujeito que “quer morrer no Jari” e que está “hospedado no quartel da Guarda Territorial”, aguardando providências governamentais. A modalização do texto constrói a impressão de que a solução para o conflito fundiário depende exclusivamente da ação estatal, silenciando a responsabilidade do próprio Estado na promoção dos conflitos por meio de suas políticas de ocupação territorial e incentivo à infraestrutura rodoviária:

o tuxaua Kassiotono, capitão geral da tribo dos Urucuanos [Urucauás], na região de aproximadamente três mil índios, que vivem espalhados por uma vasta região do alto Jari, veio a Macapá solicitar providências junto às autoridades, contra invasores de terras que estão deixando as tribos em difícil situação, inclusive com ameaça de fome, em face da fuga da caça para os contrafortes da serra Tumucumaque. Já falando um português inteligível, algumas [vezes] misturando com o tupi-guarani, [...] afirmou estar encontrando sérias dificuldades para conter os outros índios, especialmente os que se encontram mais afastados do aldeamento [sic] central e que por esta razão, escapam a um controle mais [rigoroso] de sua parte. Disse o tuxaua, que todos reclamam contra a escassez da caça, a queima e derrubada das matas e invasão das terras que são dos índios desde épocas remotas. “Pai de meu pai nasceu e morreu no Jari: Kassiotono nasceu e quer morrer no Jari”, disse o chefe

índio, que já manteve contatos com o governador do Território, recebendo a promessa de que o assunto [será levado a] Brasília, para [as devidas] providências. Kassiotono, que está hospedado no quartel da Guarda Territorial, vai retornar à sua aldeia, esperando as providências e o interesse que as autoridades demonstraram, no sentido da solução do problema (Jornal Novo Amapá, edição n. 1738, de 13/07/1974, p. 3).⁵

Se a matéria sobre o tuxaua Kassiotono representa o momento em que o jornal reconhece, ainda que sob enquadramento restritivo, a agência política indígena, a matéria com o subtítulo “Índios”, publicada na mesma edição n. 1694 que traz a manchete sobre o MOBREAL, revela o contraponto: a redução do sujeito indígena a objeto cênico do espetáculo do poder. O texto narra que “na oportunidade das solenidades, o presidente Médici vai conhecer nove índios de uma tribo do Oiapoque, trazidos especialmente para a localidade de Porto Grande” (Novo Amapá, edição n. 1694, 28 jul. 1973). Um único verbo concentra a densidade analítica da passagem: “trazidos”. Enquanto Kassiotono “veio” a Macapá por iniciativa própria, os nove índios foram “trazidos” pelo Estado. A diferença entre “vir” e “trazer”, em nossa percepção, não é gramatical, mas política: no primeiro caso, o sujeito é agente do seu deslocamento; no segundo, é objeto do deslocamento promovido por outrem.

A finalidade declarada do traslado reforça essa assimetria: os índios foram trazidos “para conhecer o presidente da República”, como se o sentido do encontro residisse exclusivamente no olhar presidencial sobre eles, e não no reconhecimento recíproco. O roteiro descrito (chegada a Macapá, gabinete do governador, visita a “pontos da cidade”, deslocamento a Porto Grande para as solenidades) constitui um itinerário de incorporação simbólica: cada parada é um espaço do poder estatal e os corpos indígenas são conduzidos por esses espaços como confirmação viva da extensão da soberania nacional. Essa matéria é paradigmática do que Fairclough (2012) denomina recontextualização: sujeitos indígenas reais são retirados de seu contexto comunitário e reinseridos em um gênero discursivo (no caso em questão, a crônica de visita presidencial) cuja estrutura narrativa lhes reserva apenas o papel de figurantes no espetáculo do desenvolvimento. A presença indígena é assim absorvida pela narrativa da obra governamental, tornando-se acessório do progresso que a Perimetral Norte simboliza. Conforme a formulação de Lobato (2018, p. 10), segundo a qual “a integração nacional seria resultado do trabalho de fazer coincidir a fronteira econômica com a fronteira política”, os índios “trazidos” à cerimônia são o símbolo vivo dessa coincidência: seus corpos marcam, no ritual cívico, a fronteira que a rodovia pretende ocupar.

A análise linguística do *corpus* evidencia mecanismos discursivos recorrentes: a impessoalização dos agentes estatais responsáveis pelas

⁵ Devido às dificuldades encontradas pela ferramenta de reconhecimento de texto nos PDFs e de alguns dos arquivos estarem visualmente corrompidos, esclarecemos que, nas citações diretas de texto do jornal, os trechos apresentados entre colchetes são deduções nossas dos complementos das palavras e frases, considerando o contexto.

políticas indigenistas; a construção da "integração plena" como imperativo modal, transitando do "é" descritivo ao "tem que ser" prescritivo, conforme identificado por Fairclough (2012) em sua análise de discursos governamentais; e a recontextualização do discurso indigenista em termos do discurso desenvolvimentista, de modo que a proteção ao índio é apresentada não como respeito à diferença cultural, mas como condição para sua incorporação produtiva à sociedade nacional.

A educação escolar indígena no discurso oficial: entre o MOBRAL e as escolas bilíngues

A análise da representação da educação escolar indígena no jornal *Novo Amapá* revela um achado transversal que estrutura toda a seção: a fronteira internacional do Oiapoque com a Guiana Francesa opera, no discurso do periódico, como dispositivo geopolítico que confere à escolarização indígena uma dimensão que transcende o pedagógico. É no interior dessa lógica fronteiriça que se articulam as duas faces da política educacional documentada no corpus, o MOBRAL e as escolas bilíngues, ambas orientadas pelo paradigma integracionista, porém com estratégias discursivas distintas. Durante a ditadura militar, um dos "assaltos" perpetrados contra os povos indígenas foi o modelo de ensino implantado pela FUNAI, "lotada de agentes do Serviço Nacional de Informações, o SNI, que geravam desinformação e intrigas", afirma Souza (2015, p. 103). Segundo o autor, "tratava-se de uma educação colonizadora, arrogante, que não se preocupava com o ensino bilíngue", "uma fábrica macabra de caricatura de 'civilizados'", de currículo sulista, etnocêntrico e preconceituoso. As páginas do *Novo Amapá* apresentam um tanto dessa política "educacional".

A edição n. 1694, publicada em 28 de julho de 1973, traz uma manchete das mais significativas para a questão da educação indígena em todo o período analisado: "MOBRAL VAI ALFABETIZAR ÍNDIOS". A matéria descreve a implementação do programa da Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização entre populações indígenas do Oiapoque, identificando as tribos Palikur, Curupis e Cumarum como beneficiárias. O texto é revelador tanto pelo que afirma quanto pelo que pressupõe:

O MOBRAL vem chamar para si a grande responsabilidade de alfabetizar os índios da região do Oiapoque, especialmente dos dialetos franceses falados na região fronteiriça. Os alfabetizadores da Fundação MOBRAL vão encontrar grande dificuldade quando iniciarem os trabalhos, [pois vão en]sinar os índios a falar em português, língua que lhes é praticamente desconhecida, de vez que usam a própria [língua] e alguns dialetos franceses como o patoá. Os indígenas das tribos Palikur, Curupis e Cumarum, sofrem os graves problemas do isolamento [e recebem] bem toda uma carga cultural estrangeira, carga essa bem semelhante à recebida por outros habitantes da região, através das

programações radiofônicas dos países vizinhos o que gerou [a necessidade de] implantar na Amazônia, vinte e cinco estações de rádio que, atuando em ondas tropicais, cobrirão toda a região contrabalançando a influência externa. No caso dos índios brasileiros da região fronteiriça, o MOBRAL já tomou as providências iniciais, fazendo o levantamento completo das comunidades para [elabo]ração de um plano de alfabetização aplicado em paralelo com outros, [que] servirá para diminuir a influência, principalmente por se encontrarem os indígenas localizados nas proximidades de cidades francesas, onde a língua e os costumes são bem diferentes dos nossos (Jornal Novo Amapá, edição n. 1694, de 28 de julho de 1973, p. 1).

O texto reconhece explicitamente a barreira linguística como desafio central, afirmando que os alfabetizadores “vão encontrar grande dificuldade quando iniciarem os trabalhos”, pois a língua dos indígenas lhes é “praticamente desconhecida”. A análise interdiscursiva dessa matéria revela a articulação entre três discursos: o discurso pedagógico do MOBRAL, que concebe a alfabetização como erradicação do analfabetismo; o discurso integracionista, que apresenta a alfabetização como instrumento de “integração na unidade brasileira”; e o discurso geopolítico, que situa o problema no contexto da fronteira com a Guiana Francesa. A matéria menciona a instalação de “estações de rádio para contrabalançar a influência externa sobre os índios brasileiros”, confirmando que a educação escolar indígena era concebida não como política educacional autônoma, mas como estratégia de soberania nacional, paradigma civilizatório que, na Amazônia, remonta historicamente ao Diretório dos Índios do século XVIII, analisado por Coelho (2008).

Nessa perspectiva, a classificação dos indígenas em “isolados”, “em vias de integração” e “integrados”, que o Estatuto do Índio consolidaria meses depois, operava como dispositivo jurídico-político cuja lógica se desdobraria no Projeto-Decreto de Emancipação de 1978 e nos “indicadores de indianidade” de 1980-1981 (Oliveira; Bicalho, 2025). A retórica da “integração plena” não era um objetivo, mas um programa de desindianização⁶ juridicamente estruturado, no qual a educação escolar cumpria função instrumental.

A convergência entre escolarização integracionista e controle militar de fronteiras ganha contornos ainda mais explícitos na edição n. 1701, de 22 de setembro de 1973. Sob a manchete “Presidente vai assinar agora criação da Grande Reserva Uaçá”, o jornal repercute a visita do então presidente da FUNAI, General Bandeira de Melo, que celebra o “declínio bastante acentuado

⁶ Hugo Fragoso (1992) define a desindianização como um projeto deliberado e uma mentalidade presentes na política colonial e na ação missionária, cujo objetivo era fazer com que o “índio deixasse de ser índio”. Como projeto histórico entendemos que o conceito continua sendo uma ferramenta válida para descrever as intenções e políticas do Estado em busca de assimilação forçada, mas esclarecemos que autores como Almir Diniz de Carvalho Júnior (2013), inseridos na “nova história indígena”, questionam a ideia de que os índios foram sujeitos passivos desse processo. Ele argumenta que as identidades não são fixas, mas construções históricas. Em vez de uma “desindianização” completa, ocorreu o que se chama de etnogênese: a criação ou renovação de identidades duradouras mesmo em contextos de mudanças radicais.

da influência alienígena” na região. A matéria atribui o pretenso recuo cultural estrangeiro à atuação articulada da FUNAI, do MOBRAL e do governo do Território, destacando o apoio governamental através da “cessão de professores para os núcleos indígenas ali existentes”. À luz da concepção gramsciana de Estado ampliado, a escola e os programas de alfabetização operam aqui como autênticos aparelhos de hegemonia, cuja função precípua é conformar as subjetividades dos povos originários aos imperativos do projeto civilizatório burguês-autocrático (Gramsci, 2024, p. 896, 1159, 1392-1395). Na página do periódico, logo abaixo da referida matéria, chega a ser irônica a reprodução de uma fotografia de crianças trajadas “de indígenas” em uma caricata “apresentação cultural folclórica”.

Se o MOBRAL representava a face mais bruta do integracionismo (a alfabetização monolíngue em português como erradicação da diferença), a edição n. 1704, de 13 de outubro de 1973, documenta uma estratégia aparentemente mais sofisticada. Sob o título “Projeto vai reestruturar escolas bilíngues da reserva indígena Uaçá”, o texto descreve o trabalho de uma antropóloga do Museu Emílio Goeldi, em convênio com a FUNAI e a Universidade Federal do Pará, para reestruturar as escolas bilíngues da reserva, com o objetivo de “preparar os grupos indígenas para a integração plena”. A matéria documenta a existência de escolas bilíngues no Oiapoque, a articulação FUNAI-Museu Goeldi-UFPA e o paradigma integracionista como horizonte. Ferreira (2001), ao apresentar um diagnóstico crítico da educação escolar indígena no Brasil, demonstra que a história dessas políticas é marcada pela tensão entre a escola como instrumento de assimilação e a escola como espaço de reprodução cultural.

As escolas bilíngues do Uaçá, embora representassem um avanço formal em relação ao modelo monolíngue do MOBRAL, continuavam orientadas pelo paradigma da transição: o bilinguismo era concebido como estratégia intermediária para a integração definitiva, e não como direito à educação em língua materna. Se “a educação bilíngue se firmou [...] como tática para assegurar interesses civilizatórios do Estado, favorecendo o acesso dos índios ao sistema nacional” (Ferreira, 2001, p. 76), a diferença linguística e cultural era tolerada apenas na medida em que servisse ao processo de assimilação.

É precisamente nesse ponto que o estudo de Tassinari (2001) sobre os projetos de escola entre os índios do Uaçá oferece uma perspectiva decisiva para a compreensão da seção. Ao analisar a trajetória dessas instituições desde a catequese até as experiências contemporâneas de educação diferenciada, a autora demonstra que o bilinguismo, tal como concebido pelo Estado, operava como mecanismo de transição para a integração. Contudo, essa pesquisa revela algo que o discurso do jornal silencia por completo: a agência das famílias Karipuna na relação com a escola. Segundo a autora:

a escola [...] embora tivesse em seu projeto o objetivo de “incorporar os índios à sociedade nacional”, nunca foi vista por estes como alternativa excludente da vida das aldeias, do trabalho nas roças e da produção de excedentes de farinha para troca e obtenção de produtos que não fabricavam. Garantindo esses elementos, que permitem aos

Karipuna uma certa autonomia e independência no encaminhamento do destino do grupo, a "incorporação à sociedade nacional" era algo desejado pelas famílias. Melhor explicando: essa "incorporação", que nos termos do projeto civilizador significava também "formação de trabalhadores nacionais", nos termos das famílias Karipuna significava algo como a extensão da sua rede de trocas, a possibilidade de efetiva participação na vida política extra-aldeias. Se a escola foi eficaz em algum desses sentidos de "incorporação", parece ter sido naquele atribuído pelas famílias do Curipi (Tassinari, 2001, p. 184-185).

A passagem é analiticamente decisiva: aquilo que o Estado concebia como "formação de trabalhadores nacionais", os Karipuna compreendiam como extensão de suas redes de trocas e possibilidade de participação política extra aldeias. A escola não deslocou a vida na aldeia: foi a ela subordinada. Essa perspectiva, inteiramente ausente do discurso do *Novo Amapá*, revela o que a imprensa oficial não podia ou não queria ver: que os sujeitos indígenas não eram receptáculos passivos da integração, mas atores que negociavam, resistiam e ressignificavam as instituições que lhes eram impostas. Como demonstra Estácio (2016) ao analisar as organizações indígenas no Amazonas, os próprios povos indígenas desenvolvem estratégias de agência frente a essas políticas, reivindicando uma educação que respeitasse suas especificidades culturais e linguísticas, perspectiva radicalmente silenciada pelo periódico oficial.

A historiografia crítica e a intelectualidade indígena alertam para o equívoco metodológico de tomar o discurso da imprensa oficial como reflexo pacífico da dominação. O silenciamento operado nas páginas do *Novo Amapá* entre 1970 e 1974 não representava a ausência de tensão, mas uma resposta discursiva do Estado autocrático à articulação política dos povos originários. Exatamente no ano que encerra o recorte temporal desta pesquisa, 1974, ocorreu a I Assembleia de Chefes Indígenas (Munduruku, 2012). Este marco evidencia que, enquanto o periódico oficial projetava a imagem do indígena tutelado e em vias de integração, as bases de um movimento organizado já tensionavam as estruturas do integracionismo.

Longe de serem receptáculos passivos, os povos originários protagonizaram um vigoroso processo de autoagenciamento. A própria forma-escola, desenhada pelo colonizador como aparelho de hegemonia para a homogeneização cultural (Baniwa, 2019), foi taticamente apropriada. O ambiente escolar passou a ser disputado para atuar na promoção do "militante indígena orgânico" (Baniwa, 2011): o intelectual comunitário que subverte a lógica assimilacionista e converte os códigos burocráticos em ferramentas de contra-hegemonia. Esse domínio propiciou o surgimento da União das Nações Indígenas (UNI) em 1980 e, na Amazônia, pavimentou organizações que forjariam quadros centrais para a luta territorial.

Considerações finais

A análise crítica do discurso do jornal *Novo Amapá*, à luz da historiografia da educação na Amazônia, revelou que a representação do sujeito indígena e da educação escolar indígena no periódico oficial foi estruturada pelo paradigma integracionista hegemônico no período da ditadura militar. A evolução discursiva identificada que vai de certa invisibilidade editorial (1970-1971) à visibilização controlada (1973-1974) não representa uma mudança de paradigma, mas uma mudança de estratégia: o sujeito indígena deixa de ser ausente do noticiário para ser representado em posições predefinidas pelo discurso oficial – o beneficiário passivo da assistência estatal, o alfabetizando do MOBREAL, o demandante de proteção governamental. Nesta esteira, a ordem de discurso do jornal oficial, marcada pela hegemonia do integracionismo e do desenvolvimentismo, produziu silenciamentos significativos: a agência indígena, quando reconhecida, foi recontextualizada em termos compatíveis com o discurso hegemônico; o conflito fundiário foi apresentado como demanda por assistência e não como consequência das políticas de ocupação territorial promovidas pelo próprio governo; já a educação escolar indígena foi concebida como instrumento de assimilação cultural e de soberania nacional, especialmente na região fronteira do Oiapoque, onde a influência francesa representava uma “ameaça” à homogeneização cultural almejada pelo Estado.

Os achados desta pesquisa pretendem contribuir com uma pequena parcela para a História da Educação na Amazônia ao evidenciar como a imprensa oficial funcionou como um aparelho de hegemonia na produção e circulação de representações sobre os povos indígenas e a educação escolar. Nesse processo, o periódico articulou discursos de diferentes campos: o político, o pedagógico, o indigenista e o geopolítico, consolidando uma narrativa estruturada para naturalizar o paradigma integracionista estatal. A engrenagem discursiva operada pelo *Novo Amapá* revela, em última análise, a brutalidade de uma racionalidade técnica que almejava extinguir a multiplicidade dos modos de vida da Amazônia fronteira, buscando substituí-la por uma temporalidade única, ditada pelas necessidades da acumulação de capital e da segurança nacional.

Contudo, ao lermos nas entrelinhas as raras e controladas aparições de lideranças e as narrativas de resistência da História da Educação na Amazônia, percebemos que o projeto civilizatório e assimilacionista do Estado, por mais asfixiante que se apresentasse, nunca reinou absoluto. Se a escola e a imprensa tentaram, a todo custo, forjar algum tipo generalizado de “trabalhador nacional” dócil e integrado à história, a persistência territorial dos povos originários do Oiapoque demonstram que as frestas desse “espetáculo da ordem e progresso” sempre foram (e continuam sendo) ocupadas pelas obstinadas táticas de resistência de quem se recusa a desaparecer por simbiose.

Por fim, não podemos deixar de explicitar as limitações da pesquisa. Cabe assinalar: a qualidade imperfeita do OCR⁷ dos jornais históricos, que pode ter impedido a detecção de outras passagens relevantes; o viés inerente à fonte, que privilegia a perspectiva governamental; e o recorte temporal limitado ao período 1970-1974, que não abarca a totalidade da trajetória do jornal. Perspectivas futuras de pesquisas podem incluir a ampliação do *corpus* para o período anterior a 1970, a análise comparativa com outros periódicos oficiais da região amazônica e a investigação das contradições internas ao discurso oficial, especialmente a tensão entre a retórica da proteção cultural e a prática da assimilação compulsória, dentre outras possibilidades investigativas.

⁷ OCR é um acrônimo para a expressão em inglês *Optical Character Recognition*. Trata-se de um recurso tecnológico que permite reconhecer caracteres a partir de um arquivo de imagem, sejam eles escaneados, escritos manualmente ou impressos. Os arquivos do jornal dispostos no repositório da Imprensa Oficial já foram disponibilizados tendo passado por este tratamento, no entanto, há manchas, rasgos e distorções nos originais que impedem um reconhecimento textual mais apurado nas versões digitalizadas.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Perry. **Las antinomias de Antonio Gramsci**. Madrid: Akal, 2018.

ARRUDA, Ana Paula Costa de. **O cotidiano da cidade de Macapá nas crônicas dos jornais macapaenses de 1968 a 1990**. Orientador: Karin Volobuef. 2022. Tese (Doutorado em Estudos Literários) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2022.

BANIWA, Gersem José dos Santos Luciano. **Educação, escola e transformação social: o lugar da escola na construção da vida e de projetos de futuro dos povos indígenas**. Orientador: Stephen Grant Baines. 2011. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

_____. **Educação Escolar Indígena no século XXI: encantos e desencantos**. Rio de Janeiro: Mórula; Laced, 2019.

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, Brasil, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005. Disponível em: <<https://revistas.usp.br/eav/article/view/10047>>. Acesso em: 6 jun. 2026.

BRASIL. Lei n. 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 dez. 1973. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm>. Acesso em: 5. jun. 2026.

CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. Índios cristãos no cotidiano das colônias do Norte (séculos XVII e XVIII). **Revista de História**, São Paulo, n. 168, jan./jun., 2013, p. 69-99.

CASTRO, Iára Quelho de; SOUSA NETO, Miguel Rodrigues de; VARGAS, Vera Lúcia Ferreira. Os povos indígenas e a ditadura: violência, memória e história. **História: Reflexão e Crítica**, Goiânia, v. 29, n. 1, p. 123-140, jan./abr. 2024.

COELHO, Mauro Cêzar. De caboclo a brasileiro: Estado e nacionalidade no Território Federal do Amapá. **Saeculum**, [S.l.], n. 10, p. 141-162, 2004.

_____. Educação dos índios na Amazônia do século XVIII: uma opção laica. **Revista Brasileira de História da Educação**, [S.l.], n. 18, p. 95-118, 2008.

DE JESUS, Arthur Pereira. Os problemas da política integracionista do Estatuto do Índio no reconhecimento dos direitos indígenas. **Caderno Virtual**, [S.l.], v. 1, n. 53, 2022. Disponível em: <<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/cadernovirtual/article/view/6201>>. Acesso em: 6 jun. 2026.

ESTÁCIO, Marcos André Ferreira. Organizações indígenas no Amazonas e a luta por educação escolar. In: ESTÁCIO, Marcos André Ferreira; NICIDA, Lúcia Regina. **História e Educação na Amazônia**. Manaus: Edua, 2016. p. 105-120.

EVANGELISTA, Breno Luiz Tommasi. Ditadura brasileira e questão indígena: entre as lutas por direitos civis e os debates sobre direitos humanos no mundo. **Revista Ars Historica**, UFRJ, Rio de Janeiro, n. 17, p. 18-36, jul./dez. 2018.

FAIRCLOUGH, Norman. Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica. Tradução de Iran Ferreira de Melo. **Linha d'Água**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 307-329, 2012.

FERREIRA, Mariana Kawall Leal. A educação escolar indígena: um diagnóstico crítico da situação no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana Kawall Leal (orgs.). **Antropologia, História e Educação: a questão indígena e a escola**. São Paulo: Global, 2001. p. 71-111.

FONSECA, Márcia. Amapá digitaliza o maior acervo de jornais históricos e lança novo acesso da Imprensa Oficial. **Agência Amapá**. Macapá, 3 jun. 2026. Disponível em: <<https://agenciaamapa.com.br/noticia/34549/amapa-digitaliza-o-maior-acervo-de-jornais-historicos-e-lanca-novo-acesso-da-imprensa-oficial>>. Acesso em: 6 jun. 2026.

FRAGOSO, Hugo. A era missionária (1686-1759). In: HOORNAERT, Eduardo (org.). **História da Igreja na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1992. p. 139-209

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: obra completa. Tradução IGS-Brasil. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024.

LOBATO, Sidney. Educação e desenvolvimento: inflexões na política educacional amapaense (1944-2002). **Revista Brasileira de Educação**, [Online], v. 23, p. 1-20, 2018.

_____. **A cidade dos trabalhadores: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964)**. Belém: Paka-Tatu, 2019.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Conceito, 2014.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012.

OLIVEIRA, Maria Eduarda; BICALHO, Poliene Soares dos Santos. A 'transitoriedade da condição indígena' durante a Ditadura Militar de 1964-1985. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, n. 33, 2025, Belo Horizonte. **Anais do Simpósio Nacional de História (SNH 2025)**. ANPUH, 2025.

PEREIRA, Higor Railan de Jesus. **O chão do conflito: estado ditatorial, grandes projetos e campesinato na Amazônia amapaense (1978-1985)**. Orientador: Sidney da Silva Lobato. 2022. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2022.

SOUZA, Luciana Maria Machado. **A história da identidade infantil no Amapá: narrativas de professoras que atuaram nos jardins de infância no período territorial da década de 1970 (1972- 1980)**. Orientadora: Ângela do Céu Ubaiara Brito. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2023.

SOUZA, Márcio. **Amazônia indígena**. Rio de Janeiro: Record, 2015. E-book.

TASSINARI, Antonella. Da civilização à tradição: os projetos de escola entre os índios do Uaçá. *In*: SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana Kawall Leal (orgs.). **Antropologia, História e Educação: a questão indígena e a escola**. São Paulo: Global, 2001. p. 157-195.

Recebido em: 01/07/2026 * Aprovado em: 26/08/2026 * Publicado em: 20/09/2026
